



ÁGUA LIMPA E PARADA: É DISSO QUE O MOSQUITO DA DENGUE GOSTA.

EVITE ÁGUA LIMPA E PARADA EM PNEUS, PRATOS DE PLANTAS, XAXINS, GARRAFAS, LATAS E EM OUTROS RECIPIENTES. TAMPE CAIXAS D'ÁGUA, CISTERNAS, TAMBORES E OUTROS DEPÓSITOS DE ÁGUA.



Ministério
da
Saúde



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 1926 - Quinta-feira, 29 de Janeiro de 2009

Poder Executivo

Lei



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 5.643, DE 06 DE JANEIRO DE 2009.

Que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, a criação do Conselho, do Fundo Municipal e da outra providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI.

CAPÍTULO I - DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 1º - A Política Municipal do Idoso, no âmbito do Município de Rondonópolis, tem por objetivo assegurar o direito do idoso com idade igual ou superior a sessenta anos e suas condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Parágrafo único - Na consecução desta política, cumprir-se-ão as diretrizes da legislação federal e estadual vigente e a pertinente à Política Nacional do Idoso, como estabelece a Lei Federal nº 8.812, de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.948, de 13 de junho de 1996, e a Lei Federal nº 10.741, de 13 de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º - Na execução da Política Municipal do Idoso, observam-se os seguintes princípios e diretrizes:

- I - O dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar ao idoso todos os direitos, da cidadania e garantir a sua plena convivência familiar e participação na comunidade, defendendo sua dignidade, seu bem-estar e o direito à vida;
- II - O tratamento ao idoso sem discriminação de qualquer natureza;
- III - O fortalecimento e a valorização das vínculos familiares, de modo a evitar o abandono da pessoa idosa ou internações desnecessárias em estabelecimento asilares;
- IV - A formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos serviços ofertados, dos planos, programas e projetos de atenção ao idoso, no âmbito municipal;
- V - A priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento ao atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuem condições que garantam sua própria sobrevivência;
- VI - A capacitação e utilização de recursos humanos na área de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

- VII - A implementação de sistemas de informações sobre a política e os recursos existentes na comunidade bem como seus critérios de funcionamento;
- VIII - O apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 3º - Fica criado o Conselho Municipal do Idoso de Rondonópolis - C.M.I.R., órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Idoso de Rondonópolis tem por objetivo atuar na formulação e controle da execução da Política Municipal do Idoso, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e ações de defesa dos direitos da pessoa idosa e na promoção da autonomia, integração e participação efetiva dos idosos na sociedade, sendo órgão articulador e coordenador da Rede Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Seção I - Da Competência

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal do Idoso de Rondonópolis - CMIR:

- I - a formulação da política de promoção e defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, a qual atuará na plena inserção do idoso na vida familiar, socioeconômica e político-cultural do Município de Rondonópolis;
- II - o estabelecimento de prioridades de atuação e de definição da aplicação dos recursos públicos federais, estaduais e municipais destinados às políticas públicas de atenção ao idoso;
- III - o acompanhamento da elaboração, da execução e da avaliação da proposta orçamentária do Município e a solicitação das modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como à análise da aplicação de recursos relativos à competência deste conselho;
- IV - a orientação, fiscalização e avaliação da aplicação dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social, pertinentes às ações de atenção à pessoa idosa, conforme fundamenta o Art. 54, título IV, cap. III do Estatuto do Idoso;
- V - o acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização de convênios, contratos, de concessão de auxílios e subvenções de entidades públicas para entidades particulares filantrópicas, através de recursos públicos governamentais do Município, Estado e União, bem como de verbas de representação parâmetros às entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos atuantes no atendimento ao idoso;
- VI - o controle e a gestão do Fundo Municipal do Idoso, primando pelo cumprimento do Art. 64, do Título V, cap. III do Estatuto do Idoso;
- VII - a proposição, aos poderes constituídos, de programas, ações e estratégias dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, à proteção e à defesa dos direitos do idoso;

Expediente

PREFEITO MUNICIPAL	JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO
Vice-Prefeita	Marília Salles
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	Neuma de Moraes
Secretaria Municipal de Administração	Gerson Araujo de Oliveira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec.	Valdir Correa
Secretaria Municipal de Desenv. Econ.	Maria Aparecida de Oliveira
Secretaria Municipal de Educação Adulta	Susan Meire Moretti Binha
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	Carlos Katsumi Minakami
Secretaria Municipal de Finanças	Milton Gomes da Costa
Secretaria Municipal de Governo	Ronaldo Sedy Itcava Uramoto
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo	Lindomar Alves da Silva
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Jose Balbino de Melo
Secretaria Municipal de Planejamento	Regina Celi Marques Ribeiro
Secretaria Municipal de Recreio	Valdeir Feltrin
Secretaria Municipal de Saúde	Pedro Machado Miranda
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano	Estraim Alves dos Santos
Procuradoria Geral do Município	Darci Lovato
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis	Anna Clara Quintana
Diário Oficial do Município	Joemar Ramiro e Silva
IMPRO	Terezinha Silva Souza
SANEAR	Vilmondes Arpigo da Silva Luz
ServSaúde	

DIORONDON

Filial: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 às 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa
Diário Oficial: Anna Clara Quintana
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Encom. anterior - Qualquer Município (de correio)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral		Pagamento de material de outras municípios e de bancas
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centenas (levar de colar)
		R\$ 1,20

VIII - o oferecimento de subsídios para a elaboração de projetos, programas e leis ajenas aos interesses dos idosos em todos os níveis, para fins de aprovação do Poder Legislativo.

IX - o incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção dos direitos dos idosos;

X - a promoção de intercâmbio com entidades públicas, particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando a atender a seus objetivos;

XI - o planejamento, a emissão de pareceres e a proteção de informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, à proteção e à defesa dos direitos do idoso;

XII - a aprovação, de acordo com critérios estabelecido em seu regimento interno, do cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento ao idoso, bem como a sua fiscalização no município;

XIII - o acompanhamento da aplicação de normas de funcionamento das casas de repouso, asilos ou abrigos geriátricos, avaliando a efetividade de seu funcionamento, conforme as legislações vigentes;

XIV - o recebimento e averiguações de denúncias, reclamações, petições, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados aos idosos, com a adoção das medidas cabíveis, encaminhando-as aos órgãos competentes da Administração Pública, da Sociedade Civil e do Ministério Público;

XV - a requisição, junto aos órgãos da Administração Pública e às organizações não governamentais, de informações, documentos, estudos e pareceres sobre matérias do interesse do Conselho;

XVI - a elaboração e aprovação de seu Regimento Interno;

XVII - a prática de todos os atos necessários à consecução dos seus objetivos e sua elevação.

Seção II – Da Constituição e da Composição

Art. 6º - O Conselho Municipal do Idoso será composto por 36 membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito do Município, com mandato de dois anos, permitida recondução sucessiva, assim discriminados:

I – dezoito representantes de organizações não-governamentais de âmbito municipal, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento ao idoso, legalmente constituídas e em funcionamento no âmbito municipal, devidamente cadastradas no Conselho sendo:

- a) um representante das instituições de atendimento ao idoso em regime asilar;
- b) dois representantes de igreja ou instituição religiosa;
- c) dois representantes das associações representativas de categorias profissionais afeta à área;
- d) dois representantes das associações civis comunitárias;
- e) dois representantes dos sindicatos e entidades patronais com base territorial no Município;
- f) dois representantes dos sindicatos e entidades de trabalhadores com base territorial no município;
- g) dois representantes de instituições de ensino;
- h) dois representantes de clubes de serviço;

i) três representantes de grupos de idosos.

II – doze representantes do Poder Público local, assim distribuídos:

- a) dois representantes da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;
- b) dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;
- f) um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- g) um representante da Secretaria Municipal de Administração ou de Finanças;
- h) um representante da Secretaria Municipal de Trânsito;
- i) um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;
- j) um representante da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis;
- k) um representante da agência municipal do SNE - Sistema Nacional de Emprego;
- l) um representante de Autarquia do Serviço Municipal de Saúde;
- m) um representante do Legislativo Municipal;
- n) um representante da Instituição Pública de Ensino;
- o) um representante do serviço de proteção ao consumidor - PROCON;
- p) um representante do serviço de segurança pública.

Parágrafo único: Os representantes de entidades governamentais e não-governamentais deverão dispor de quatro horas semanais para estar à disposição do Conselho Municipal do Idoso, a fim de executar as tarefas e competências, previstas no Art. 5 desta lei.

Art. 7º - Para a nomeação dos membros do Conselho Municipal do Idoso o Prefeito Municipal observará os seguintes procedimentos:

I - os representantes das organizações não-governamentais serão indicados pelas entidades, e em havendo mais candidatos que o número de vagas para aquela representatividade, os indicados serão eleitos por sorteio dos Condições Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa ou Fórum da Política do Idoso;

II - os representantes do Poder Executivo serão escolhidos e nomeados pelo Prefeito do Município dentre os servidores públicos e em exercício das Secretarias e Autarquias e empresas públicas municipais;

III - o representante do Legislativo será indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município;

IV - os membros titulares do Conselho Municipal do Idoso devem contar com suplentes, igualmente designados pelos órgãos e entidades da sociedade civil que indicarem, sendo as nomeações efetivadas pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Poderão participar das reuniões do Conselho Municipal do Idoso, o Ministério Público da Comarca de Rondonópolis, a Ordem dos Advogados do Brasil/Rondonópolis, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o Poder Judiciário local, a Câmara Municipal e demais órgãos que possam contribuir para a elevação dos direitos do idoso.

§ 2º - O não atendimento ao disposto no § 2º deste artigo implicará a substituição da organização infratora por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

§ 3º - Os membros das organizações governamentais e não-governamentais, e seus respectivos suplentes, serão nomeados para mandato de dois anos, podendo em que não poderão ser destituídos, salvo por razões que motivem deliberação da maioria qualificada do Conselho.

Seção III – Estrutura e do Funcionamento

Art. 8º - O Conselho Municipal do Idoso possuirá a seguinte estrutura:

I - Diretoria Executiva, composta por Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, 1º Coordenador Financeiro, 2º Coordenador Financeiro e Coordenador das Comissões Permanentes;

II - Comissões permanentes de trabalho constituídas por resolução do Conselho;

III - Plenário.

§ 1º - A diretoria Executiva será eleita até trinta dias após a posse do Conselho, pela maioria qualificada de seus membros titulares e na ausência destes pelos respectivos suplentes.

§ 2º - A diretoria Executiva terá um mandato de 02 anos, e qualquer de seus membros poderá ter recondução consecutiva, de acordo com os procedimentos estabelecido no Regimento Interno.

Art. 9º - As funções de membro do Conselho Municipal do Idoso não serão remuneradas, mas o seu exercício considerado relevante serviço prestado ao Município, com caráter prioritário e, em consequência, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que motivadas pelas atividades deste Conselho.

Art. 10 - O Conselho Municipal do Idoso reunir-se-á ordinariamente a cada mês e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou da maioria simples de seus membros.

Art. 11 - O Executivo Municipal, através de sua Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, responsável pela execução da política municipal do idoso, prestará o necessário apoio técnico, administrativo e financeiro para a manutenção do Conselho do Idoso e consecução dos seus atribuições e competências.

Art. 12 - A organização e o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso serão disciplinados em Regimento Interno a ser aprovado por ato próprio do referido Conselho, no prazo de trinta dias após a posse de seus membros.

Art. 13 - O Conselho Municipal do Idoso instituirá sessões por meio de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 14 - Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá direito a um único voto na sessão plenária.

Parágrafo único: As resoluções do Conselho Municipal do Idoso bem como os temas tratados em plenário da diretoria e das comissões serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 15 - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal do Idoso poderá recorrer a pessoas e instituições, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do Conselho Municipal do Idoso as instituições, formadoras de recursos humanos e as entidades representativas de profissionais e autônomos que, de fato, sem ônus de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal do Idoso em assuntos específicos.

Seção IV – Do Mandato de Conselho

Art. 16 - Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal do Idoso serão nomeados por ato do prefeito do Município, conforme critérios previstos no artº desta lei, para o mandato de dois anos, permitida recondução sucessiva.

I - O Presidente do Conselho Municipal será escolhido através de eleição, por maioria simples, entre seus membros.

Art. 17 - Nos casos de perda do mandato eleitos no art.18 desta lei, os membros efetivos do Conselho Municipal do Idoso poderão ser substituídos pelos suplentes mediante solicitação da instituição ou autarquia pública a qual estejam vinculados inscrita no Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo único: Caso o Conselho afastado seja membro da Diretoria Executiva, seu cargo passará por eleição entre membros titulares do Conselho, por maioria qualificada de seus membros titulares e na ausência destes pelos respectivos suplentes.

Art. 18 - Perda do mandato o Conselho é que:

I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

II - faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;

III - apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV - apresentar procedimento incompatível com dignidade das funções;

V - for condenado em sentença irreversível por crime ou contravenção penal.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES DE RONDONÓPOLIS-MT

PORTARIA Nº 463/2009, DE 22 DE JANEIRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder o benefício de Auxílio-Doença, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes:

Processo	Nome/Servidora	Matrícula	Período	Processo
430/2008	Jolo Canzido da Silva - Agente de Vigilância - Círculo Municipal de Rondonópolis.	177	23/01/09 21/07/09	Promissão

Artigo 2º - Estabelecer, de acordo com artigo 17, parágrafo 2º, artigo 18, parágrafo 1º, 2º, 3º, artigo 19, artigo 20, artigo 21, artigo 36, parágrafo único e artigo 53 da Lei Municipal nº 4.614, de 25 de agosto de 2005 e Leis Médicas Perais;

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos respectivos índices dos períodos de abrangência especificados no quadro demonstrativo acima, revogando-se as disposições em contrário;

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis-MT, 22 de janeiro de 2009.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA

Diretor Executivo

Edson Wander Reis da Silva

Gerente de Benefícios Previdenciários

Luiz Carlos de Souza

Gerente de Administração e Finanças

Registra-se neste Instituto e publicada por afixação no lugar público de costume e no Diário Oficial do Município, na data supra.

Licitação



AVISO DE LICITAÇÃO,
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2009

O SANEAR - SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, localizada à Rua Dom Pedro II, nº 1210, Bairro Casa D'água, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem da Ilma. Sra. Diretora Geral, através do Preposto e Equipe de Apoio, realizará a licitação em caráter de emergência, no dia 11 (onze) de fevereiro de 2009, na sala de licitação do SANEAR, a abertura dos envelopes nºs 01 a 02, contendo: PROPOSTA COMERCIAL e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, respectivamente, para o fornecimento de seguinte objeto:

"AQUISIÇÃO DE BOBINAS DE PAPEL PARA EMISSÃO DE CONTAS SIMULTÂNEAS DE ÁGUA E ESGOTO"

Os interessados poderão entrar em contato com o Departamento de Compras/Licitação, pelo telefone (06) 3602-1165, no horário das 07:30 às 10:30 e 13:30 às 16:30 horas ou através do correio eletrônico: marcos.sanear@saear.com.br.

Rondonópolis-MT, 29 de janeiro de 2009.

Marcelo Binatti
Preposto

Produzido a partir de fonte não-renovável, o copo plástico descartável demora aproximadamente 50 anos para se degradar, além de contribuir para o aumento de lixo urbano. Para minimizar este considerável impacto ao meio ambiente, sugerimos que cada servidor guarde seu copo e o reutilize toda vez que for beber água. O meio ambiente agradece!